



**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 11 DE MARÇO DE 1999  
(REVOGADA PELA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 12 DO CONARE)**

*Autorização para viagem de refugiado ao exterior.*

O COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS – CONARE, instituído pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, no uso de suas atribuições, objetivando implementar o disposto no artigo 39 inciso IV, resolve:

**Artigo 1º** O refugiado deverá postular autorização do CONARE para viagem ao exterior.

§1º O pedido deverá conter informação sobre o período, destino e motivo da viagem.

§ 2º A solicitação poderá ser apresentada diretamente ao Ministério da Justiça, ou por intermédio da Polícia Federal.

§ 3º A autorização será concedida pelo Presidente do CONARE, devendo ser submetida ao referendo dos membros na reunião subsequente

**Artigo 2º** Se necessário, poderá ser solicitada, ainda, a emissão de passaporte brasileiro para o estrangeiro, previsto no Artigo 55., inciso I, alínea c, da Lei nº 6.815/80.

**Artigo 3º** A saída do território nacional sem prévia autorização implicará perda da condição de refugiado, nos termos do Artigo 39, inciso IV, da Lei nº 9.474/97.

§1º O processo de perda da condição de refugiado tramitará junto ao CONARE, assegurada ampla defesa.

§ 2º Em se tratando de refugiado que se encontre no exterior, o processo poderá ter tramitação sumária, com a perda da condição de refugiado declarada pelo Presidente do CONARE e submetida ao referendo dos membros na reunião subsequente do CONARE.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a perda da condição de refugiado será comunicada imediatamente à Polícia Federal e ao Ministério das Relações Exteriores.

**Artigo 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

**SANDRA VALLE**  
Presidente